

# A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ENSINO UNIVERSITÁRIO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA NA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO ENTRE 1934 e 1956<sup>1</sup>

*Diogo da Silva Roiz\**

## **Resumo**

Analisa-se, neste artigo, sob quais condições foram incorporadas medidas federais e estaduais que deliberavam novo formato ao currículo do curso de Geografia e História da FFCL/USP, já que, entre os anos de 1930 e 40, almejava-se, na esfera política, nacionalizar o funcionamento dos cursos universitários brasileiros.

**Palavras-chave:** Estrutura curricular. História e Geografia. Profissionalização.

## **Abstract**

In this article are studied what measures the government used to nationalize the curriculum of History and Geography courses at FFCL/USP because at the 1930 and 40, the government wants to nationalize those courses.

**Keywords:** Curriculum. History and Geography. Occupation.

**Title:** The institutionalization of university education of Geography and History in the Faculty of Philosophy, Science and Arts of the University of Sao Paulo between 1934 and 1956.

---

\* Mestre em História pelo programa de pós-graduação da UNESP, Campus de Franca, foi bolsista CAPES. Professor efetivo, e atual coordenador, do curso de História da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Campus de Amambai. E-mail: [diogosr@yahoo.com.br](mailto:diogosr@yahoo.com.br).

## **Introdução**

O objetivo deste artigo é discutir sob quais condições foram incorporadas medidas federais e estaduais, que deliberavam novo formato curricular para os cursos de Geografia e História no Brasil, tendo em vista que entre as décadas de 1930 e 1940, almejava-se, na esfera política, nacionalizar o funcionamento dos cursos universitários brasileiros. Toma-se por base o curso de Geografia e História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, que foi um dos pioneiros a serem criados na década de 1930 (MORAES, 1991; MASSI, 1991), destacando-se aí como aquelas medidas foram implantadas e quais discussões produziam entre as cadeiras do curso.

Acredita-se, preferencialmente, que foi a partir do século XIX que os estudos históricos começaram a efetivamente institucionalizarem-se nas universidades européias (FURET, 1985, p.109-136) e americanas (GUIMARÃES, 2000, 2002, 2006). Nas palavras de François Furet: "Para existir como disciplina escolar, a história teve de sofrer várias mutações, de modo a constituir um campo do saber ao mesmo tempo intelectualmente autônomo, socialmente necessário e tecnicamente ensinável" (Idem, 1985, p.134). Enquanto era executado esse projeto na Europa, principalmente na França e na Alemanha (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2004, p.53-72), no Brasil os estudos históricos ainda estavam alicerçados no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criado em 1838, e a seus congêneres estaduais (SCHAPOCHNICK, 1992; WHLING, 1994; GUIMARÃES, 1988, 2002, 2006), que também contavam com o apoio do Colégio Pedro II (HAIDAR, 1972). Muitos de seus professores foram sócios vitalícios nos institutos. O conhecimento dos debates circunstanciados sobre os procedimentos da pesquisa histórica e os diálogos entre História e Ciências Sociais que então estavam se iniciando (HARTOG, 2003), eram naquele momento, final do século XIX e primeiras décadas do XX, ainda pouco conhecidos,

*Agora, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 1, p. 65-104, jan./jun. 2007*

provavelmente em função do entusiasmo para o qual o texto *Introdução aos estudos históricos* de 1898 (LANGLOIS & SEIGNOBOS, 1948) ainda era lido e recebido por vários intelectuais brasileiros (DIEHL, 1998; ARAUJO, 2006). Pode-se dizer que, como a Geografia, a História teve um ganho nas pesquisas, entre o século XIX e as primeiras décadas do XX, mas não na institucionalização de cursos, coisa que veio a ocorrer apenas a partir década de 1930, com a criação das primeiras Faculdades de Filosofia (MORAES, 1991; FERREIRA, 2002; IGLÉSIAS, 2000; PEREIRA, 1997).

Enquanto, no período anterior, a presença francesa era muito forte na organização institucional (...), nas concepções curriculares, livros didáticos e práticas científicas, por ocasião da implantação das universidades houve um deslocamento dessa presença para as áreas das ciências humanas e filosofia, principalmente na USP (DANTES & HAMBURGER, 1996, p.21).

De modo que, supõe-se que foi com a 'escola histórica alemã' e a 'escola metódica francesa' que a História passava a ser ensinada em todos os níveis, atingindo uma etapa relativa de autonomia, com procedimentos de análise e técnicas de pesquisa suficientemente desenvolvidas, para incluí-la entre as Ciências Humanas (HARTOG, 2003; VEYNE, 1998; REIS, 1999, 2003). Acredita-se ainda que foi diante das conseqüências da guerra franco-prussiana em 1870, que além de se questionar o 'espírito iluminista' de um progresso material, criava-se um período de incertezas no povo francês, tanto que possibilitou a formação de um 'imaginário social' sobre a construção da nacionalidade, tornando oportuno o projeto da 'escola metódica' de se escrever uma história nacional, com vistas a ensiná-la em todos os níveis do aprendizado escolar (CARBONELL, 1976; DOSSE, 2001, TÉTART, 2000; HARTOG, 2003). Esse projeto foi similar a iniciativas que ocorriam simultaneamente em outros países europeus e americanos (GUIMARÃES, 2002, 2006). No Brasil, desde, pelo menos, a Independência, pensar a construção da nacionalidade foi uma constante, em todo século XIX, no quadro dos estudos históricos, em que os historiadores se

encontravam ligados diretamente à esfera política, lugar que favorecia o desempenho das funções profissionais<sup>2</sup>, por facilitar a pesquisa em arquivos, Museus e Institutos nacionais e estrangeiros (GUIMARÃES, 1988).

A produção histórica constituía atividade de membros da classe dominante ou por ela recrutados e dada a inexistência de formação profissional específica, os historiadores que produziram no decorrer da Primeira República formaram-se em outras áreas do conhecimento, sendo a dedicação autodidata à história entendida como vocação (MALATIAN, 2001, p.11).

Assim, se os estudos históricos brasileiros acompanharam, no século XIX, as preocupações da produção histórica internacional, o aparecimento e a institucionalização do ensino universitário neste campo do saber foi tardio, proliferando-se apenas a partir da década de 1930, com a criação de cursos de Geografia e História em Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras (IGLÉSIAS, 2000; RODRIGUES, 2002, 2003; ROIZ, 2004; MICELI, 1989, 1995).

Presume-se, por outro lado, que em função das guerras mundiais das primeiras décadas do século XX, questionar-se-ia a função social da história, tal como divulgada e ensinada pela historiografia metódica (positivista) do oitocentos – que privilegiava o estudo dos ‘eventos políticos’ e o papel dos ‘grandes homens’ no exercício do poder – permitindo a fundação de outra escrita da história (REIS, 1994, 2003). Supõe-se ainda que foi com base nas Ciências Sociais, então em desenvolvimento, que o grupo ao redor da revista *Annales* procurou renovar o estudo do passado por meio de uma ‘nova’ concepção de tempo histórico (REIS, 2000), que se preocupasse, não apenas, em analisar eventos, mas situá-los dentro de um contexto social mais amplo, de modo a apreendê-los conjuntural e estruturalmente. O movimento dos *Annales*<sup>3</sup> teria procurado, além disso, estudar todas as formas do agir humano, a partir de um conjunto documental mais amplo – como, dentre outras fontes: correspondências, obras literárias, censos populacionais, documentação cartorial e eclesiástica – para melhor

*Agora, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 1, p. 65-104, jan./jun. 2007*

compreender as fontes 'oficiais' e as sociedades passadas (BURKE, 1992). A crítica deste grupo sobre a historiografia oitocentista teria chegado no Brasil, no momento em que estavam se formando os primeiros cursos universitários de Geografia e História em Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. Nesse sentido, o processo de institucionalização do ensino universitário de Geografia e História teria sido iniciado num período de mudanças nos estudos históricos, quando se renovavam procedimentos de pesquisa, análises de fontes e objetos. Quando ainda se desenvolviam as primeiras editoras e livrarias no país (melhorando e ampliando a editoração de livros e revistas), inauguravam-se congressos e sociedades acadêmicas entre as universidades e, com isso, formavam-se 'novos' espaços de sociabilidade (SIRINELLI, 1996, p.231-70) para os debates dos historiadores e cientistas sociais brasileiros (MICELI, 2001; GOMES, 1996). Deste modo, além de ocorrer uma transição da era entendida como 'autodidatismo' para a profissionalização do trabalho intelectual de história (e de outras áreas do conhecimento, naquele momento, em processo de desenvolvimento), também estaria em discussão (em correspondências, artigos, reuniões e congressos) a viabilidade dos procedimentos de pesquisa inaugurados, no século XIX, pela 'escola metódica' e as inovações alcançadas, nas primeiras décadas do século XX, pelo movimento dos *Annales* (NADAI, 1991; MASSI, 1991; PETITJEAN, 1996, p.259-330).

A história do ensino universitário brasileiro ainda é um tema pouco investigado na historiografia nacional. Embora muitos estudos aventem as diferenças estaduais quanto à implantação de universidades no Brasil, a partir da década de 1920, constituindo-se em importante referência para pesquisadores, revelam-se insuficientes no que diz respeito ao desenvolvimento de cursos, programas de ensino e pesquisa e ao formato curricular das 'novas' áreas que foram criadas nos anos 30 (MICELI, 1989, 1995, 2001). Provavelmente a organização de grupos de especialistas aptos a exercerem o ofício de professores historiadores no Brasil, tornou-se

*Agora, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 1, p. 65-104, jan./jun. 2007*

profícua com a criação de cursos de Geografia e História, a partir da década de 1930, que inicialmente estiveram estruturados com vistas a formar professores para suprirem as necessidades do ensino secundário. Preliminarmente, pode-se dizer que apenas com o desenvolvimento das primeiras experiências de criação de programas de pós-graduação em Geografia e História, entre as décadas de 1940 e 1950, que a formação de profissionais para o ensino superior nesta área, no Brasil, passou a ser cogitada, e em vista da qual organizavam-se os primeiros centros de ensino e pesquisa (LAPA, 1981; DIEHL, 1998, 1999).

Antes da década de 1930 a formação de profissionais em nível superior no Brasil estava limitada às áreas de Medicina, Direito e Engenharia (COELHO, 1999; RODRIGUES, 1965, AZEVEDO, s/d; BASTOS; RIDENTI & ROLLAND, 2003.). Com a Reforma do Ensino de 1931, efetuada pelo então ministro Francisco de Campos, houve as primeiras tentativas de formação de pessoal qualificado para suprir as necessidades do ensino 'primário' e 'secundário', e se discutia o aparecimento da figura do filósofo, geógrafo e historiador, profissional. Nesse sentido, a Universidade de São Paulo, criada em 1934, foi uma das pioneiras, neste projeto político, institucional e intelectual. Até a criação do curso de Geografia e História nas Faculdades de Filosofia na década de 1930, o exercício do ofício de historiador foi praticado, no Brasil, por aqueles que se dedicavam ao estudo do passado e escreviam textos que, reconhecidas suas especificidades, poderiam ser entendidos como de história (MALATIAN, 2001; JANOTTI, 1977). Esses textos, muitas vezes, não tinham propósitos exclusivamente acadêmicos, com o objetivo de obtenção de títulos e prática 'científica' (RODRIGUES, 1969; LAPA, 1981). Não foi por acaso, que a maior parte de seus autores tivesse sido composta por biógrafos, memorialistas e profissionais inicialmente formados nas áreas de Letras, Direito, Sociologia, Engenharia e Medicina, que se dedicaram ao estudo do passado mais como 'cultores do ofício', do que como historiadores profissionais (GOMES, 1996). Apesar da importância da institucionalização do

*Agora, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 1, p. 65-104, jan./jun. 2007*

ensino universitário de Geografia e História, que se materializou com o surgimento da Universidade de São Paulo<sup>4</sup>, dentro da execução do projeto político posterior à “Revolução de 1930”, há poucos trabalhos sobre a história do surgimento e desenvolvimento dos cursos de graduação em Geografia e História, que investigam o processo de institucionalização do ensino universitário, com vistas a dimensionar os debates dos historiadores a respeito de suas disciplinas, seu ofício e da escrita da história (RODRIGUES, 2002, 2003; ROIZ, 2004).

Ainda que muitos autores tenham se preocupado com a história da historiografia brasileira delimitando sua origem e desenvolvimento, como se encontram nas obras de José Honório Rodrigues (1965, 1969), José Roberto do Amaral Lapa (1981), Astor Antônio Diehl (1998, 1999) e Francisco Iglesias (2000), ainda são escassas as pesquisas que dimensionam essa problemática para o período posterior ao aparecimento do ensino universitário de Geografia e História, a partir da década de 1930, recorrendo-se a análises mais pormenorizadas sobre as discussões dos historiadores sobre sua prática profissional (RODRIGUES, 2002, 2003; FERREIRA, 2001). Além disso, as pesquisas sobre a Universidade de São Paulo, estudaram o curso de Geografia e História em meio aos desdobramentos da Faculdade de Filosofia, avaliaram as relações de gênero e disputas dentro das subseções, ou ainda, reconstituíram o perfil de alunos das primeiras turmas, ou de professores estrangeiros (MASSI, 1991; LIMONGI, 1989, p.111-187; TRIGO, 1997), sem com isso analisar-se os desdobramentos das cadeiras, mudanças curriculares e as discussões dos historiadores sobre seu ofício, tornando, desse modo, justificável e pertinente esse tipo de análise.

### **A implantação de medidas federais e estaduais no curso de Geografia e História**

Foi dentro do período de funcionamento do regime de cátedras que o curso de Geografia e História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL/USP)<sup>5</sup> renovou a sua grade curricular diversas vezes, entre as décadas de 1930 e 1950, em função de insuficiências observadas pelos professores quanto às disciplinas oferecidas no curso<sup>6</sup>. Mas apenas eram resolvidas quando se aprovava disposições legais em níveis federal e estadual, de modo a serem internamente incorporadas pela Faculdade de Filosofia. Tais medidas viriam a especializar o formato das disciplinas do curso de Geografia e História, constituindo-se em uma das bases que levaram a aprovação de lei federal que tornou independente o funcionamento dos cursos, a partir de 1955 (ROIZ, 2004; RODRIGUES, 2002; MESGRAVIS, 1983). Os informes selecionados para esta pesquisa foram os *Anuários da Faculdade de Filosofia*, publicados entre as décadas de 1930 e 1950 pela instituição<sup>7</sup>, nos quais eram impressas parcialmente as atas do conselho da Faculdade de Filosofia e os relatórios das cadeiras dos cursos. A importância em se estudar as mudanças da estrutura curricular no contexto de funcionamento do regime de cátedras e da nacionalização dos programas curriculares das Faculdades de Filosofia, encontra-se na possibilidade de demonstrar, no quadro das transformações e debates, o processo de institucionalização do ensino universitário de História, na medida em que se destacam os caminhos que levaram a autonomia dos cursos de Geografia e História, na década de 1950, quando se tornaram independentes.

Esse processo ocorreu num momento de nacionalização de novos cursos de graduação inaugurados a partir dos anos de 1930, com o fim de subsidiar a falta de pessoal qualificado para o ensino 'primário' e 'secundário', e nos anos seguintes também fornecer a qualificação de profissionais para o ensino superior. Embora antes dos anos de 1930 tivesse sido iniciada a expansão do ensino secundário no Estado de São Paulo, foi no governo de Getúlio Vargas (1930-45), que houve a implantação de medidas

*Agora, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 1, p. 65-104, jan./jun. 2007*



reguladoras do funcionamento do ensino público e privado brasileiro em todos os níveis do aprendizado escolar (NADAI, 1987, 1991; FREITAS, 1999; MATE, 2002). A organização de uma estrutura curricular para o curso de Geografia e História foi fruto de vários debates entre professores e membros do conselho (depois congregação) da FFCL/USP, entre as décadas de 1930 e 1950. Ao adaptar, em sua estrutura interna, a legislação federal e estadual, fixava-se a base curricular do curso. Em 1934 ainda não estava tão nítida a forma como iria funcionar o curso de Geografia e História. A estrutura curricular estava organizada a partir de uma seriação de três anos (quadro nº 1).

**Quadro nº 1:** Distribuição das disciplinas do curso de Geografia e História em 1934, segundo os anos.

Ano	Nº	Primeiro	Segundo	Terceiro
<b>Disciplinas</b>	<b>01</b>	Geografia	Geografia	Geografia
	<b>02</b>	História da Civilização	História da Civilização	História da Civilização Brasileira
	<b>03</b>	Etnologia brasileira e noções de tupí-guaraní.	Tupí-guaraní	História da Civilização
	<b>04</b>		História da Civilização Americana (inclusive pré-história).	Tupí-guaraní

**Fonte:** Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1934-1935, 1937.

As disciplinas do curso de Geografia e História constituíam-se no primeiro ano em: *Geografia, História da Civilização, Etnologia brasileira e noções de tupi-guarani*. Ainda não havia distinção entre Geografia Física e Humana, e ambas eram ministradas por um professor. A disciplina era obrigatória e ministrada nos três anos do curso. Nela o professor discorria tanto aspectos políticos e econômicos, como geológicos e climáticos, referindo-se a formação conjunta da Europa, América e Brasil. *História da*

*Civilização* foi outra disciplina ministrada nos três anos do curso e se desdobrava em Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea, oferecida por um único professor. Nela mostrava-se todo conjunto do processo histórico mundial. O ensino de *Geografia e História da Civilização* tinha um caráter rotativo e era distribuído de acordo com a divisão das matérias, sendo móvel conforme a sucessão de turmas de alunos. Em *Geografia* via-se no primeiro ano 'Relevo e População', no segundo 'Clima e Vegetação' e 'Geografia da circulação' e no terceiro ano: 'Hidrografia econômica', 'Geografia da energia', 'Os grandes produtos'; nestes cursos constavam excursões e a elaboração de trabalhos práticos. Em *História da Civilização* via-se no primeiro ano 'História Antiga e Moderna', no segundo 'História Moderna e Medieval' e no terceiro 'História Antiga e Medieval'.

*Etnologia brasileira e noções de Tupi-guarani* era oferecida no primeiro ano do curso como uma introdução à formação lingüística e cultural brasileira, seguindo-se nos outros dois anos em análises pormenorizadas da língua 'Tupi-guarani'. A cadeira de *Etnologia Brasileira e Tupi-Guarani* foi criada em 1934, logo quando iniciou o primeiro ano letivo do curso de Geografia e História. Até aquele momento os cursos especializados em nível superior nesta área constituíam uma novidade (MICELI, 1989, 1995). Portanto, desde já esta cadeira merece algumas pequenas considerações, que visam apenas demonstrar o formato da disciplina e sua proposta para o ensino e a pesquisa na área.

Foi o professor Plínio Marques da Silva Ayrosa que assumiu a cadeira desde o início<sup>8</sup>. Quando foi contratado para a cadeira de *Etnologia Brasileira*, Plínio Ayrosa não possuía título de doutor na área, o que não o impediu de trilhar sua trajetória acadêmica nesta cadeira, tornando-se professor catedrático em 1939, onde permaneceu até o final dos anos 50 quando veio a se aposentar. O concurso de provas e títulos para o cargo de professor catedrático à cadeira ocorreu entre 23 e 27 de março de 1939, e foi o primeiro a ser realizado na Faculdade de Filosofia. O candidato apresentou

*Agora, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 1, p. 65-104, jan./jun. 2007*

tese intitulada: *Dos índices de relação determinativa de posse no tupi-guarani*, que foi publicada no Boletim de Etnologia Brasileira no mesmo ano.

No curso que vinha ministrando desde 1934, Plínio Ayrosa já parecia apresentar um projeto para o desenvolvimento dos estudos etnográficos e etnológicos brasileiros, tendo como objetivo formar o professor secundário e o profissional na área. Em seu primeiro relatório anual para a cadeira de 1935, considerava uma tarefa 'honrosa' tentar mostrar às dimensões culturais do país, mas 'íngrata' porque tudo estava para ser feito na área, tendo o futuro pesquisador apenas trabalhos esparsos sobre o assunto, "estudos realizados em geral sem método e desgarrados, quasi sempre, da necessária sistematização científica", não existindo no "Brasil, de fato, um único trabalho capaz de servir, embora provisoriamente, às exigências de uma cadeira de Etnologia, como não há mesmo, entre as classes mais ou menos cultas, o conceito exato da vastidão do nosso campo etnográfico, das infinitas fontes de pesquisas que êle nos proporciona e, menos ainda, da preciosidade dos documentos de toda ordem que se perdem, inaproveitados, nos recessos esquecidos dos campos e florestas interiores, e nas salas esquecidas de nossos museus antiquados".

Para ele, a melhoria das condições de trabalho para o pesquisador iria viabilizar o aumento progressivo de análises sobre esse campo ainda pouco explorado, nos lustros que se seguiram à década de 1930.

... [mas] no momento mesmo em que se reconhece que tudo ou quasi tudo está por fazer, seria um contrassenso atulhar o cérebro dos moços estudantes com os fragmentos arestosos da incipiente etnografia brasileira, restrita sempre ao capítulo ameríndio. Eles devem ser os futuros cooperadores da grande obra que se há de realizar e, por isso, devem ser encaminhados com cuidado e instruídos com absoluta proibidade, de tal forma que se capacitem da necessidade de estudar e trabalhar com amor e paciência, ao mesmo passo que se ponham a coberto de ilusões perigosas e da tentação de afirmações impossíveis sem sólidas bases documentais.

Dentre o conjunto étnico e cultural brasileiro, 'a família tupi-guarani' foi a que deixou os traços mais visíveis na cultura nacional e, portanto, a que

*Agora, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 1, p. 65-104, jan./jun. 2007*

deveria receber um tratamento diferenciado. Aprofundando-se o nível cultural dos alunos sobre os aspectos lingüísticos e regionais do idioma, por meio de compêndios gerais para iniciarem os estudantes, nas suas primeiras investidas no campo da fala e da escrita tupi-guarani, poder-se-ia avançar demonstrando as variedades interpretativas entre autores, de um lado, e a cultura assimilada pela população, de outro. “Dizer que o tupí-guaraní de hoje, falado no Paraguai, não pode ser estudado na obra de Montoya, ou que o tupí-guaraní da Amazônia não pode ser estudado com o auxílio de Anchieta, é confundir dois aspectos inconfundíveis de tôdas as línguas: o fundamental, o gramatical e o teórico, com o oscilante, com o popular, com o prático”. Um nível aparentemente simples de ser notado, mas diante de suas sutilezas, muito difícil de ser observado pelo iniciante. “Para a consecução dêsse largo programma, nos vamos valer principalmente da obra de Batista Caetano que, como prolongamento espontâneo da obra de Montoya e Anchieta, tem delas tôdas as vantagens sem muitos dos seus defeitos”<sup>9</sup>. Para tanto, era necessário habituar os alunos com o contato direto ao tupi-guarani, inserindo-os, em seguida, no contexto de produção dos textos, para poderem interpretá-los melhor. Pode-se perguntar nesse momento: porque o tupi-guarani? Ou ainda, qual o projeto que se pretendia concretizar? Para Plínio Ayrosa o ‘tupi-guarani’ tinha o registro mais significativo sobre a herança lingüística dos povos da América Portuguesa. Ele não observava da mesma forma a contribuição da cultura Afro-brasileira, possivelmente por que no período a visão elaborada por Gilberto Freyre ainda era restrita (MICELI, 1989, 1995). Já para os fundadores da FFCL/USP, e que foram os elaboradores dos programas dos cursos, o ‘tupi-guarani’ ainda era uma língua comum em algumas comunidades, e mesmo na capital do Estado, sendo ainda significativa porque fez parte da cultura do bandeirante paulista, naquele momento muito valorizada no Estado, nas discussões da Assembléia legislativa de São Paulo e na universidade, em função das conseqüências da ‘Revolução de 1930’ e da ‘Revolução

*Agora, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 1, p. 65-104, jan./jun. 2007*

constitucionalista de 1932' para o Estado, que ao perder sua hegemonia econômica em nível federal, almejava (re)alcançá-la no nível cultural (CARDOSO, 1982; FERREIRA, 2002).

Diferente daquela cadeira foi à dinâmica das cátedras da área de História. No segundo ano do curso acrescentava a disciplina de *História da Civilização Americana*, em que o professor deveria discorrer desde a pré-história dos povos americanos, até início do século XX, quando as fronteiras nacionais estavam delimitadas e deliberava-se uma divisão entre América do Norte e América do Sul. No terceiro ano acrescentava-se a disciplina de *História da Civilização Brasileira*, para a qual o professor deveria expor desde a 'descoberta do Brasil' até os primeiros anos da Proclamação da República. No conjunto, o curso de Geografia e História, limitava-se a caracterizar aos alunos, as grandes linhas da História mundial e nacional, os aspectos geográficos do processo e a formação histórica e lingüística do território brasileiro<sup>10</sup>. Entretanto, se de um lado, falava-se de índios e de sua contribuição lingüística e cultural à formação nacional parecia não haver a participação da cultura afro-brasileira. Quando se falava de formação geográfica, enfatizavam-se mais os aspectos paulistas do que os nacionais, e quando se falava da história nacional parecia se querer ressaltar mais a história paulista, a partir do bandeirantismo. Provavelmente esses tópicos especiais se dirigiam no interior do curso, em função do contexto social do período, de recuperação 'paulista' sobre a derrota de '1932' (com foco na imagem do 'desbravador bandeirante'), e com o objetivo de revelar a importância do Estado sobre a formação histórica do país (FERREIRA, 2002; ABUD, 1985).

Quase nada indicava existir uma movimentação e um diálogo intenso entre alunos de um curso e outro, mesmo quando havia compatibilidade entre disciplinas oferecidas, como no caso de *História da Civilização Brasileira* ministrada no segundo ano do curso de 'Ciências Sociais e Políticas' e no terceiro de 'Geografia e História'. Nos cursos primava-se pela formação

do professor 'secundário' e de um 'espírito crítico' nos alunos, mas ainda não se pensava na formação do especialista em história, ou num 'ofício de historiador' (para ficar apenas no caso do curso de Geografia e História, porque existiam especificidades na formação de cada tipo de profissional na Faculdade de Filosofia, aspecto esse que seria tópico para uma outra pesquisa).

A licenciatura no Brasil era, naquele momento, algo 'novo' dentro do sistema escolar que estava na sua grande maioria, sendo ministrado por 'autodidatas', provenientes, basicamente, dos cursos de Direito, Medicina e Engenharia. Nos anos de 1970, ao se referir sobre a licenciatura no país, Amélia Domingues de Castro, ressaltava que: "Há apenas quarenta anos não os encontrávamos, pois esses cursos e diplomas surgiram com a criação das primeiras Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, na década iniciada em 1930 (...) O primeiro instituto de ensino superior que funcionou efetivamente, seguindo, de modo aproximado, o modelo projetado por Francisco Campos, foi a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo" (CASTRO, 1974, p.627 e 632-3). Foi a partir da década de 1930 que, de um lado, o professor secundário formado pelas universidades passava a fazer parte do sistema escolar vigente, e de outro, começava a ser pensada a figura e o papel do filósofo, do cientista social e político, do geógrafo e do historiador, na sociedade (ARANTES, 1994).

Quando em 1936, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo formava a sua primeira turma de licenciados, o curso de Geografia e História passava a ser revisto, em princípio, pelos professores que ministravam as disciplinas do curso, por acharem as disciplinas demasiadamente amplas e pouco propícias à formação de especialistas na área. Preliminarmente, nota-se que qualquer mudança estrutural da grade curricular do curso dependia mais de decreto lei federal e estadual, do que propriamente de disposições internas feitas pelos professores. Evidentemente, dentro dos limites esboçados, cada professor

*Agora, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 1, p. 65-104, jan./jun. 2007*

tinha a flexibilidade que o dispositivo legal oferecia, e dentro dessas possibilidades cada um deles moldava a sua própria disciplina no curso. Dentro dessas características, vê-se que quase nada mudou a disposição das disciplinas oferecidas no curso de Geografia e História até 1938 (quadro nº 2), embora a forma como estavam sendo ministradas as disciplinas estivesse mais dinâmica, e melhor subdividida em tópicos. Essa divisão foi um avanço alcançado a partir das discussões dos professores no Conselho da Faculdade – nos limites de suas cadeiras, e ainda nos espaços de sociabilidade, mais costumeiramente reconhecidos na Biblioteca, em Museus e Arquivos, e em alguns casos, mesmo nas casas dos docentes e em bares freqüentados por alunos e professores (MASSI, 1991; TRIGO, 1997).

**Quadro nº 2:** Distribuição das disciplinas do curso de Geografia e História em 1938, segundo os anos.

Ano	Nº	Primeiro	Segundo	Terceiro
<b>Disciplinas</b>	<b>01</b>	Geografia	Geografia	Geografia
	<b>02</b>	História da Civilização	História da Civilização	História da Civilização Brasileira
	<b>03</b>	Etnologia brasileira e noções de tupí-guaraní.	Tupí-guaraní	História da Civilização
	<b>04</b>		História da Civilização Americana (inclusive pré-história).	Tupí-guaraní

**Fonte:** Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1937-1938, 1939.

A disciplina de *Geografia*, a partir de 1936, ainda apresentava-se disposta entre os três anos do curso de Geografia e História, e havia sofrido apenas pequenas reformulações. No primeiro ano, como 'Biogeografia', eram definidas a extensão e disseminação das espécies, o passado geológico, o meio e a sociologia dos vegetais e animais. No segundo e terceiro, analisava-se a América do Sul, na sua formação física e humana, entre as regiões e os Estados. No terceiro, estudava-se 'as vias de comunicação' desenvolvidas

tanto na Europa, como na América, e desenvolviam-se estudos monográficos como parte do programa de excursões e exercícios práticos. Em *História da Civilização* ocorria mudança semelhante, flexionando a disciplina nos três anos da seguinte maneira: entre o 1º e 2º ano 'História Grega'; entre o 1º, 2º e 3º ano 'História Romana' e também entre as três séries 'História Contemporânea'. Além disso, ministravam-se paralelamente seminários. No primeiro ano: 'Questões de História Geral', tendo como eixo à 'Unidade Alemã' e a 'Unidade Italiana'. No segundo: 'Idade Média', desde o 'declínio do Império Romano' até 'a organização feudal'. No terceiro: 'Noções de paleografia e decifração de textos franceses, espanhóis, e italianos' e 'Pré-história – as primeiras civilizações do Oriente próximo e da Grécia antiga'<sup>11</sup>. As disciplinas *História da Civilização Americana* e *História da Civilização Brasileira* foram repensadas somente nos anos seguintes. Provavelmente, as mudanças de eixo nas disciplinas de *Geografia* (a parte de Geografia Física e Geografia Humana ainda eram oferecidas numa mesma disciplina) e *História da Civilização* se deviam à contratação de um novo professor para cada uma delas.

Ainda que nos primeiros anos de funcionamento do curso de Geografia e História pouca coisa houvesse sido mudada, além da contratação de novos professores estrangeiros para substituírem aqueles que não renovavam contrato com a instituição, a primeira alteração representativa no programa curricular do curso ocorreu no início da década de 1940. Até fins da década que se iniciou em 1930, entendia-se como licenciado "o estudante que terminasse o curso seriado de qualquer seção ou sub-seção" e "com direito ao exercício do magistério aquele que obtivesse, também, formação pedagógica", sendo naquele período, "permitido obter a formação pedagógica juntamente com o terceiro e último ano" (CASTRO, 1974, p.632-3) de cada curso, no Instituto de Educação – antigo Instituto 'Caetano de Campos' – que foi incorporado a Universidade de São Paulo em 1934.



A partir de 1939, com a aprovação do decreto lei federal nº 1.190, que deu uma organização efetiva à Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil no Rio de Janeiro, servindo de parâmetro nacional para as outras Faculdades de Filosofia, que ocorreu uma primeira alteração no termo 'licenciado'.

Este não abrang[ia] mais todos os formandos em seus cursos. Cada secção da Faculdade compreenderia um ou mais 'cursos ordinários', incluída uma secção especial encarregada de ministrar o 'Curso de Didática'. Esse curso, composto por seis disciplinas vinha substituir a anterior formação pedagógica que conferia direito ao exercício do magistério (Idem, 1974, p.633).

O decreto ajustava o funcionamento de todas as Faculdades de Filosofia do país, num mesmo padrão organizacional. A disposição deste decreto federal foi adequada no decreto estadual nº 12. 511 de 21 de janeiro de 1942, para estabelecer o funcionamento e a nova estrutura curricular das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras do Estado de São Paulo (quadro nº 3).

**Quadro nº 3: Distribuição das disciplinas do curso de Geografia e História, a partir da reforma curricular de 1942.**

Ano	Nº	Primeiro	Segundo	Terceiro*	Quarto**
<b>Disciplinas</b>	<b>01</b>	Geografia Física	Geografia Física	Geografia do Brasil	Didática Geral
	<b>02</b>	Geografia Humana	Geografia Humana	História da Civilização Contemporânea	Didática Especial
	<b>03</b>	Antropologia	História da Civilização Moderna	História da Civilização Brasileira	Psicologia Educacional
	<b>04</b>	História da Civilização Antiga e Medieval	História da Civilização Brasileira	História da Civilização Americana	Administração Escolar e Educação Comparada
	<b>05</b>	Elementos de Geologia	Etnografia	Etnografia do Brasil e Língua Tupi-guarani	Fundamentos Biológicos da Educação
	<b>06</b>				Fundamentos

					Sociológicos da Educação
--	--	--	--	--	--------------------------

**Fonte:** *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1939-1949, 1953.*

\* Segundo o decreto lei nº 12.511 de 21 de Janeiro de 1942: aos alunos que concluíssem os três primeiros anos dos cursos das seções de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo lhes era conferido o diploma de bacharel.

\*\* Segundo o decreto lei nº 12.511 de 21 de Janeiro de 1942: aos candidatos ao curso de Didática era exigido o diploma de Bacharel obtido nas três séries dos diversos cursos da Faculdade. Aos que terminassem o Curso de Didática era fornecido o diploma de Licenciado no Curso em que o candidato se bacharelara.

A reforma curricular padronizava nacionalmente a base das disciplinas a serem oferecidas pelas Faculdades de Filosofia, mesmo que, em parte, a medida tenha demorado a ser adequada entre os Estados. Na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, a medida foi incorporada a partir de 1942 (quadro nº 3), em função do decreto estadual daquele mesmo ano. É necessário frisar que, em geral, a disposição legal era adequada no ano de aprovação, mas implantada não no mesmo ano e sim para a turma de alunos do ano seguinte. Pelo decreto lei federal 1.190/39 era conferido o diploma de ‘bacharel’ aos concluintes dos cursos, em suas respectivas seções e subseções. E determinava que o “bacharel que concluísse o ‘Curso de didática’ é que seria conferido o ‘diploma de licenciado no grupo de disciplinas que formarem o seu curso de bacharelado’ (art. 49). Separa[va]-se, pois, o diploma de bacharel e o de licenciado, embora o segundo supusesse o primeiro”. Em análise, na década de 1970, sobre este decreto-lei, Amélia Domingues de Castro ressaltou que “hoje [1974], trinta e cinco anos depois, não se conseguiu ainda a plena aplicação desse princípio. Sucessivas leis continuaram a admitir exceções à norma” (CASTRO, 1974, p.633-4).

Quando o decreto foi instaurado em nível estadual e aplicado a FFCL/USP, o curso de Geografia e História já havia recebido outras alterações. Em 1939, também a partir de decreto lei federal nº 1.190 de 4 de abril, houve o desdobramento das cadeiras de ‘Geografia’ e ‘História da Civilização’, que passavam a serem dispostas em 2 cadeiras cada: Geografia Humana e Geografia Física, de um lado, e História da Civilização Antiga e Medieval e História da Civilização Moderna e Contemporânea, de outro. A implantação destas medidas foi possível porque, naquele período, formavam-se as primeiras turmas do curso de Geografia e História (e das outras subseções) e alguns alunos estavam sendo contratados na forma de assistentes entre as cadeiras das seções e subseções da Faculdade de Filosofia<sup>12</sup>.

No momento em que havia sido promovida a mudança da estrutura curricular para o ano letivo de 1943, as cadeiras do curso de Geografia e História também passavam por pequenas alterações. A cadeira de *História da Civilização Americana*, que foi regida entre 1936 e 1940 pelo professor Paul Vanorden Shaw, com Alice Piffer Canabrava e Branca da Cunha Caldeira (licenciadas em Geografia e História na turma de 1937) como auxiliar de ensino e assistente de cadeira respectivamente revelava proximidades com a cadeira de *História da Civilização* em seus objetivos. Segundo Paul Vanorden Schaw o alvo das “amplificações, na Faculdade, dos estudos sobre a América seria: 1) preparar professores para ensinar a matéria em escolas primárias, secundárias e nos centros de altos estudos; (...) 4) preparar especialistas na matéria, os quais, por meio de suas preocupações, desvendariam problemas importantes sobre a América e tomariam o seu lugar ao lado de outras autoridades sobre a matéria”<sup>13</sup>. Durante o período de 1941 até 1946, a cadeira foi regida interinamente por Astrogildo Rodrigues de Mello – tendo como assistente, o licenciado em Geografia e História, Deusdâ Magalhães Mota – que alterou muito pouco o programa da disciplina. Já a cadeira de *História da Civilização Brasileira* foi regida pelo professor Afonso d’Escragnolle Taunay entre 1936 e 1938. A partir do segundo semestre de 1938, a cadeira foi regida pelo professor Alfredo Ellis Junior, contratado em 20 de julho, e que permaneceu nela, como catedrático, até 1956. O programa deste curso foi minimamente alterado depois de 1938, provavelmente, porque Alfredo Ellis desenvolvia pesquisas semelhantes às de Taunay sobre o bandeirantismo paulista, e assim, integrando-se aos objetivos da cadeira, quando ministrada por Taunay (FERREIRA, 2002; ARAUJO, 2003, 2006).

Com esse breve panorama do funcionamento e do desdobramento das cadeiras do curso de Geografia e História, nota-se tentativas de especializar os programas das disciplinas oferecidas no curso, para adequá-las as necessidades de formação dos alunos, tanto para o magistério, em nível secundário, como para a carreira de docentes pesquisadores, em nível superior. As propostas, a princípio, apresentavam-se bastante modestas, embora já tivessem, no conjunto, esse objetivo como meta a ser atingida. O alcance desses objetivos, entretanto, foi mais bem direcionado com as reformas que se encaminharam na década de 1940.

A 26 de março de 1946, por meio do decreto nº 9.092, o curso de Geografia e História passava por outra readaptação (quadro nº 4), que seria implantada para o ano letivo de 1947. Com ela o candidato não recebia o título de bacharel no terceiro, mas no quarto ano do curso, desde que fosse aprovado em três disciplinas oferecidas anualmente, e à sua escolha. Ainda poderia

receber o título de licenciado, aqueles que, além de cumprirem estágio supervisionado, fossem aprovados em três disciplinas ministradas pelos professores das cadeiras de Psicologia Educacional, Didática Geral e Didática Especial.

**Quadro nº 4:** Distribuição das disciplinas do curso de Geografia e História, a partir da reforma curricular de 1946.

Ano	Nº	Primeiro	Segundo	Terceiro	Quarto *
<b>Discipli nas</b>	<b>01</b>	Geografia Física	Geografia Física	Geografia do Brasil	
	<b>02</b>	Geografia Humana	Geografia Humana	História da Civilização Contemporânea	
	<b>03</b>	Antropologia	História da Civilização Moderna	História da Civilização Brasileira	
	<b>04</b>	História da Civilização Antiga e Medieval	História da Civilização Brasileira	História da Civilização Americana	
	<b>05</b>	Elementos de Geologia	Etnografia	Etnografia do Brasil e Língua Tupi-guarani	
	<b>06</b>	Elementos de Cartografia	História da Civilização Americana	Geografia Física	
	<b>07</b>		Geografia do Brasil	Geografia Humana	

**Fonte:** *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1939-1949, 1953.*

\* Segundo o decreto nº 9092 de 26 de Março de 1946: na quarta série os alunos optarão livremente por duas ou três Cadeiras ou Cursos dentre os ministrados pela Faculdade de Filosofia; quando aprovados terão direito ao diploma de Bacharel. Além disso, poderão cursar as Cadeiras de Psicologia Educacional, Didática Geral e Didática Especial; neste caso terão direito ao diploma de Licenciado.

A mudança contribuiu para aumentar o intercâmbio dos alunos dos cursos da FFCL/USP, que havia sido iniciado pela reforma de 1942. A partir dela o curso de Geografia e História (assim como outras subseções) passou a ter disciplinas no programa curricular, provenientes de outras subseções. Com a reforma de 1946 os alunos da Faculdade de Filosofia passavam a escolher no quarto ano três disciplinas oferecidas entre as seções e subseções para obterem o diploma de bacharéis. E para obterem o diploma

de licenciados deviam receber formação didática (teórica e prática), sendo obrigados a fazerem o curso de psicologia aplicada à educação (conforme o artigo 4º, parágrafo 1º do decreto lei nº 9.092). Era também solicitado pelo decreto um ginásio de aplicação destinado à prática de ensino, que seria orientada pelo professor do curso de Didática. Na Faculdade de Filosofia, entretanto, o Ginásio de Aplicação foi instalado apenas em 1959. “O Colégio de Aplicação da USP foi fundado em 1958, 1959” comenta Janete Martins Campos, naquele momento, aluna do curso de História, e a “primeira classe experimental do colégio foi em torno de 1962 (...) ano em que eu fui trabalhar lá, no noturno” (FONSECA, 1997, p.118). Para ela a experiência teria sido marcante, porque se diferenciava muito das aulas ministradas em escolas públicas oficiais e particulares, já que as aulas eram todas programadas e coordenadas por um professor de Didática. Pretendia-se com o Colégio suprir certas necessidades do ensino, na medida em que se procurava implantar no ensino estadual as descobertas metodológicas provenientes do curso. A tentativa não foi concretizada, segundo ela, porque o Colégio foi implantado com uma dupla finalidade: servir de base a Secretaria da Educação para a elaboração de projetos pilotos e aplicação de novas técnicas de aprendizagem, ao mesmo tempo em que servia para estágio de alunos. Em outras Faculdades de Filosofia houve problemas similares para imprimirem as mudanças solicitadas, demonstrando a flexibilidade com que as exigências legais eram postas em prática, seja por causa de deficiências financeiras da instituição e falta de estruturas físicas adequadas, seja em função da falta de professores especialistas na área (FONSECA, 1997; CASTRO, 1974, p.627-52; MESGRAVIS, 1983: 87-118; NADAI, 1991, RODRIGUES, 2002, 2003).

A reforma deu maior margem de escolha para os alunos. Mas essa possibilidade só era plena na medida em que os cursos das seções e subseções estavam suficientemente estruturados para comportarem a diversidade de escolhas. A FFCL/USP, mesmo sendo uma das pioneiras no

*Agora, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 1, p. 65-104, jan./jun. 2007*

Brasil, limitava à margem de possibilidades de escolhas efetuadas pelos alunos, sobre alguns campos. Com a portaria ministerial nº 328 de 13 de maio de 1946, adequada no ano seguinte às Faculdades de Filosofia, os alunos, além da formação concedida nos três anos dos cursos, poderiam obter o diploma de especialista. Exigia-se que o aluno já tivesse concluído os três primeiros anos de seu curso e optasse por uma das áreas oferecidas. Para os alunos do curso de Geografia e História estava aberta a possibilidade de escolha para três áreas: Geografia, História e Etnografia. Aos que escolhessem se especializarem em Geografia solicitava-se além de aprovação nos três primeiros anos, a aprovação em três disciplinas escolhidas livremente pelo aluno, entre os cursos especializados de: Geografia Humana, Geografia Física, Geografia do Brasil, Etnografia, Cartografia, Sociologia, Estatística, Topografia, Geodésia, Economia Política, e por fim ter estagiado em departamento especializado, com professor de Geografia. Em História as exigências foram às mesmas, tendo as seguintes disciplinas: História Antiga, História Medieval, História Moderna, História Contemporânea, História do Brasil, História da América, Etnografia Geral, Etnografia do Brasil, História da Filosofia, História das Doutrinas Econômicas, Sociologia, Latim, Grego, Arqueologia, Epigrafia, Paleografia, Pré-história, História Diplomática. Em Etnografia foram oferecidos os cursos de: Etnografia Geral, Etnografia do Brasil, Geografia Humana, Tupi-guarani, Antropologia Geral, Sociologia, Linguística Geral, Pré-história<sup>14</sup>.

Todavia, o movimento que existia entre a proposta legal e a aplicação institucional tornava mais flexível o formato de decretos, como se pode verificar na descrição de Aroldo de Azevedo e João Dias da Silveira sobre a aplicação da proposta de especialização para os licenciados e bacharéis do curso de Geografia e História:

*O curso de especialização em Geografia destina-se a todos quantos hajam terminado o curso básico de três anos de Geografia e História, feito em Faculdades de Filosofia oficial ou reconhecida. Tem a duração de dois anos*

e compreende o ensino de três disciplinas, a serem escolhidas pelo aluno dentre as seguintes: Geografia Física, Geografia Humana, Geografia do Brasil, Cartografia, Geologia, Topografia e Geodésia, Etnografia, Sociologia, Economia Política e Estatística, consideradas as três primeiras como fundamentais. Além dos cursos regulares, o aluno deverá estagiar em um departamento especializado (que se dedique a estudos geográficos ou afins), no qual terá de demonstrar assiduidade, interesse e competência; compete aos professores do Departamento de Geografia, de comum acordo, escolher o local desse estágio e fixar o tempo de sua duração. Na hipótese do aluno escolher uma só das matérias consideradas fundamentais ou apenas matérias consideradas subsidiárias, o estágio será obrigatoriamente de um ano, no mínimo. Ao aluno que obtiver aprovação nas matérias do curso e realizar o estágio de maneira satisfatória será concedido o diploma de ESPECIALIZAÇÃO em Geografia (1949, p. 77-8).

Para Emília Viotti da Costa, que ingressou no curso de Geografia e História em 1948, o curso “era [ainda] voltado para a formação geral do professor. A pesquisa em fontes primárias não recebia muito estímulo ou orientação. A maioria dos ensaios que escrevíamos eram historiográficos”. Prosseguia dizendo que em matéria de “pesquisa, recebi pouca orientação. Só fui realmente aprender a pesquisar depois de formada, quando uma bolsa de estudos do governo francês me permitiu estudar em Paris”. Revela que como aluna “fui mais influenciada pelos livros que li e por professores de outros departamentos do que pelos do Departamento de História. Os livros, as personalidades e a assistência de Antônio Candido e Florestan Fernandes [que compunham a cadeira de sociologia II, sob a coordenação de Fernando de Azevedo, professor catedrático] foram muito importantes para minha formação” (MORAES & REGO, 2002, p.70).

Por outro lado, a portaria não alterou o número máximo de alunos que poderiam ser escritos para cada ano entre os cursos das seções e subseções. Em cada uma das três séries, a iniciar pelo primeiro ano poderiam ser matriculados até 30 alunos. Nesse período ainda não existia o curso noturno. Os cursos noturnos foram criados a partir de 1950.

Em cumprimento à lei nº 622, de 4 de janeiro de 1950, que regulamenta o disposto no artigo 23 das Disposições Transitórias da Constituição Estadual, funcionaram, durante o ano de 1951, os Cursos Noturnos da Faculdade de Filosofia, cujo regulamento foi baixado com o Decreto nº 20.810, de 3 de

*Agora, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 1, p. 65-104, jan./jun. 2007*

outubro de 1951 (...) Foram os seguintes os Cursos ministrados em 1951, no período noturno: Filosofia (1º ano), Matemática (1º ano), Geografia e História (1º e 2º ano), Ciências Sociais (1º ano), Letras Clássicas (1º ano), Letras Neolatinas (1º ano), Letras Anglo-germânicas (1º ano) e Pedagogia (1º ano)<sup>15</sup>.

Os cursos noturnos foram regidos pelos mesmos decretos dos cursos diurnos. Além dos professores titulares das cadeiras, também poderiam ministrar aulas nos cursos noturnos: "a) os primeiros assistentes que forem livre-docentes; b) os livre-docentes que não estiverem no exercício de funções didáticas; c) os primeiros-assistentes". O horário de início das aulas seria às 19hs, sendo-lhes oferecido o mesmo regime didático que o dos alunos dos cursos diurnos. Cada uma das cadeiras das seções e subseções que estivessem oferecendo disciplinas poderia contar com mais um assistente "ou com maior número, na base de um para cada vinte alunos inscritos na Cadeira de laboratório ou que tenham aulas práticas". Os funcionários e professores que trabalhassem nos períodos diurno e noturno receberiam um acréscimo em seus rendimentos mensais. A cada ano poderiam ser matriculados até 30 alunos para o período diurno e até 30 para o período noturno<sup>16</sup>.

Pode-se dizer que mesmo com essas alterações, na FFCL/USP, pouco ou nada afetavam a disposição das disciplinas oferecidas nos cursos das seções e subseções, entre o final da década de 1940 e o início da década de 1950. De fato, a portaria ministerial nº 328 de 13 de maio de 1946 abria caminho para a escolha dos alunos do curso de Geografia e História, em seguirem uma das duas áreas (ou ainda se preferissem uma terceira, a de Etnografia). No entanto, apenas no final de 1952, que aparecia a primeira turma matriculada no quarto e último ano do curso de Geografia e História, sendo parte em Geografia e parte em História. Mas esse movimento foi esparso, nem sempre se efetivando, como neste caso. O que realmente alterou a estrutura curricular do curso de Geografia e História, na FFCL\USP, foi à lei federal nº 2. 594 de 8 de setembro de 1955, que viria a desdobrar



aquele curso em áreas independentes. Esta lei federal foi incorporada pelo decreto estadual nº 25. 701 de 4 de abril de 1956, que regulamentava a aplicação daquela lei na FFCL\USP (quadro nº 5 e 6). Essa mudança foi promovida dentro de um contexto social de mudanças na sociedade brasileira, em termos demográficos (aumento populacional, êxodo rural e crescimento das cidades), sociais (favorecimento da alfabetização escolar em outros estratos sociais), econômicos (diversificação do comércio e do mercado de trabalho) e culturais (seria o Brasil um país 'novo'? Entrar-se-ia para o 'primeiro mundo'?). Além disso, pensava-se que o país poderia se modernizar. Acreditava-se num avanço significativo para todos os níveis da aprendizagem escolar.

**Quadro nº 5:** Distribuição das disciplinas do curso de Geografia, a partir da reforma curricular de 1956.

Ano	Nº	Primeiro	Segundo	Terceiro	Quarto*
<b>Disciplinas</b>	<b>01</b>	Geografia Física	Geografia Física	Geografia Física	
	<b>02</b>	Geografia Humana	Geografia Humana	Geografia Humana	
	<b>03</b>	Geografia do Brasil	Geografia do Brasil	Geografia do Brasil	
	<b>04</b>	Cartografia	Geografia Regional	Geografia Regional	
	<b>05</b>	Geologia	Cartografia	Botânica	
	<b>06</b>	Antropologia	Etnografia Geral	Etnografia do Brasil e Noções de Tupi-guarani	
	<b>07</b>	História da Civilização Moderna	História da Civilização Contemporânea	História da Civilização Brasileira	

**Fonte:** Noticiário. In: *Revista de História*. São Paulo/USP, 12 (25): 285, jan./mar. 1956.

\* Mantêm o regimento nº 9092, de 26 de Março de 1946. Na quarta série os alunos optarão livremente por duas ou três Cadeiras ou Cursos dentre os ministrados pela Faculdade de Filosofia; quando aprovados terão direito ao diploma de Bacharel. Além disso, poderão cursar as Cadeiras de Psicologia Educacional, Didática Geral e Didática Especial; neste caso terão direito ao diploma de Licenciado.

**Quadro nº 6:** Distribuição das disciplinas do curso de História, a partir da reforma curricular de 1956.

Ano	Nº	Primeiro	Segundo	Terceiro*	Quarto**
<b>Disciplinas</b>	<b>01</b>	Introdução aos estudos Históricos	História da Civilização Moderna	História da Civilização Contemporânea	
	<b>02</b>	História da Civilização Antiga	História da Civilização Brasileira	História da Civilização Brasileira	
	<b>03</b>	História da Civilização Medieval	História da Civilização Americana	História da Civilização Americana	
	<b>04</b>	Antropologia	Etnografia Geral	Etnografia do Brasil e Noções de Tupi-guarani	
	<b>05</b>	Geografia	História da Civilização Ibérica	Disciplina Optativa	
	<b>06</b>		Disciplina Optativa		

**Fonte:** Noticiário. In: *Revista de História*. São Paulo/USP, 12 (25): 285-86, jan./mar. 1956.

\* As disciplinas optativas oferecidas, na 2ª e 3ª séries do curso de História, pelo Departamento de História foram as seguintes: História das Idéias Políticas; História da Filosofia; História Econômica; História da Educação; História da Literatura (inglesa ou espanhola, alemã, francesa, latina, grega, portuguesa e brasileira); História da Arte; Numismática; Paleografia.

\*\* Mantêm o regimento nº 9092, de 26 de Março de 1946. Na quarta série os alunos optarão livremente por duas ou três Cadeiras ou Cursos dentre os ministrados pela Faculdade de Filosofia; quando aprovados terão direito ao diploma de Bacharel. Além disso, poderão cursar as Cadeiras de Psicologia Educacional, Didática Geral e Didática Especial; neste caso terão direito ao diploma de Licenciado.

A nova disposição do curso de Geografia, seriado em três anos e um quarto ano sob escolha de disciplinas por parte dos alunos, foi implantada para o ano letivo de 1957 (quadro nº 5). Visava dar melhor contorno a formação do Geógrafo, além de seguir o que vinha sendo expresso desde

*Agora, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 1, p. 65-104, jan./jun. 2007*

1934, que era a formação de professores para o ensino secundário – que estava dividido em ginásial, em quatro, e em alguns casos e estabelecimentos em cinco séries, e o colegial, dividido em duas séries, sob a escolha dos alunos em cursarem o clássico (para o ensino de Humanidades), ou o colegial científico (para o ensino de Exatas e Biológicas). Acrescente-se que, no conjunto, as disciplinas sofreram poucas alterações nos primeiros anos de reestruturação da grade curricular, e poucas disciplinas foram criadas. Mas nos anos que se seguiram houve diversas discussões por parte de professores e pesquisadores da área, visando-se melhorar o formato das disciplinas e a formação do geógrafo (FERREIRA, 2002). O curso de História, por outro lado, organizou as disciplinas seriadas nos três primeiros anos do curso, num corpo de obrigatórias e opcionais (uma para o segundo e outra para o terceiro ano), em modelo implantado para o ano letivo de 1957 (quadro nº 6). O quarto ano manteve a mesma disposição do regimento nº 9.092 de 26 de março de 1946.

Com a separação do curso de Geografia e História, verifica-se uma maior incorporação de disciplinas históricas na grade curricular de Geografia, limitando-se no curso de História a apenas uma disciplina geral sobre o 'conhecimento geográfico' (quadro nº 5 e 6). Se essa reformulação tornou o curso de História mais limitado que o de Geografia foi um ponto não discutido nos primeiros anos de seu novo funcionamento, entre os professores de ambos os cursos. Naquele período, de 1956 até 1958, houve um funcionamento ainda paralelo entre os cursos, porque a última turma inscrita no curso de Geografia e História formava-se em 1958 (ficando apenas alguns remanescentes), e naqueles anos iniciais, ambos os cursos passavam por um momento de reorganização<sup>17</sup>. Segundo depoimento de Janete Martins Campos: "Foi em 1957 (...) que se separaram os cursos de história e geografia (...) Na minha turma de faculdade na USP havia alunos de muitos lugares. A turma que entrou, formou-se quase toda ao mesmo tempo. Nós entramos em 1957 e nos formamos em 1960, 1961. O primeiro

*Agora, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 1, p. 65-104, jan./jun. 2007*

ano foi uma experiência assim fundamental. Recém-entrada na faculdade, para quem vem de colegial, nós fomos jogados na primeira aula com o professor francês Jean Glenisson, que havia chegado da França para dar um curso de introdução aos estudos históricos” (FONSECA, 1997, p.115-6). Em 1958, quando Maria Odila da Silva Dias (MORAES & REGO, 2002, p.185) ingressou no curso de História teve impressões parecidas com a de Janete, tanto sobre o curso e os alunos, como sobre o professor Jean Glenisson.

Diante desse quadro, pode-se ver que a estrutura curricular do curso de Geografia e História, embora estivesse acompanhando transformações das normas legais para o seu funcionamento, e que essas transformações alinhavam-se às possibilidades da FFCL/USP de poder organizá-lo, segundo as novas prescrições legais, havia, no interior desse processo institucional, um aspecto mais difícil de ser notado. No período que se seguiu entre as décadas de 1930 e 1950, os professores do curso de Geografia e História, ao procurarem observar o funcionamento e as necessidades da sociedade brasileira, e da paulista em particular, preocuparam-se em adequar o currículo do curso não apenas para formar o profissional para o exercício do magistério, mas também para desenvolver um ‘espírito crítico’ sobre os processos sociais. Ao pretenderem criar esse tipo de profissional, buscava-se selecionar entre os alunos das diversas turmas, aqueles que poderiam vir a se tornar professores universitários e pesquisadores profissionais. Eduardo d’Oliveira França, por exemplo, que foi aluno do curso de Geografia e História no final da década de 1930, disse que foi aluno “[d]entre outros professores, de Fernand Braudel, que (...) sentiu em mim uma disposição por história, tanto assim que, antes de voltar para a Europa [no final de 1937], eu me formava, e ele me indicou para ser seu assistente. Não fui desde logo seu assistente. Fui assistente do professor Eurípides Simões de Paula [que foi seu orientador no doutorado], na cadeira de História da Civilização Antiga e Medieval” (FONSECA, 1997, p.97).

Olhando-se retrospectivamente esse movimento, verifica-se que naquele período não houve margem para uma 'iniciação à pesquisa' propriamente dita, mas sim as primeiras tentativas, por meio de seminários e trabalhos práticos e teóricos, de se formar, senão um 'ofício de historiador (e de geógrafo)' a partir do curso de graduação, pelo menos a iniciativa de se produzir os primeiros profissionais na área. Essa iniciativa, evidentemente, não percorria todos os alunos, mas apenas aqueles que conseguiam 'provar' aos mestres a sua disposição e 'vocação' para o 'culto à pesquisa erudita e desinteressada', sendo naquele contexto social específico, privilegiada a vocação dos homens (ROIZ, 2004b). E o caminho era bem diferente dos cursos de pós-graduação, em níveis de mestrado e doutorado, que vieram a aparecer, no Brasil, a partir da década de 1970 (LAPA, 1981; MESGRAVIS, 1983). Naquele momento não havia a idéia de cursos especializados em nível de mestrado e doutorado, e mesmo o doutoramento era feito sem o curso respectivo até o início da década de 1950, quando se tentou regularizar essa situação, com um projeto para se remodelar o formato do doutoramento.

Portanto, os caminhos que levaram a institucionalização do ensino universitário de Geografia e História na FFCL/USP, e que tornaram o funcionamento do curso de Geografia e História independente nos anos de 1950, revela apenas pequena parte de uma história complexa e difícil de ser interpretada. Fundamentalmente, porque as voltas com suas pesquisas e no exercício de seu trabalho, muitas vezes procurando documentos e se debruçando sobre as fontes, os historiadores seriam levados a indagar sobre a própria natureza da História, pelo menos, em dois sentidos: a História enquanto 'processo vivido' e a História como 'conhecimento retrospectivo' e construído pelos 'pares' (GUIMARÃES, 2000). Assim, o encaminhamento das discussões no período estudado refletiriam o tempo em que viveram aqueles historiadores, ainda que nem sempre se dessem conta do dinamismo do processo. Aquele contexto social, vivido entre os anos de 1930 e 50, de

*Agora, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 1, p. 65-104, jan./jun. 2007*

constates transformações mundiais, estaria sempre a fazer com que se reconsiderasse suas diretrizes e seus esquemas de pensamento, modos de agir e questionar as sociedades passadas. Quanto mais rápida a mudança maior era a necessidade de reajustar teorias e metodologias que se tornavam rapidamente inadequadas às 'novas realidades sociais' (FRANÇA, 1971, 1974). Assim, não foi por acaso que os integrantes dos quadros curriculares do curso de Geografia e História se vissem instados a propor mudanças, redefinir quadros docentes e de pesquisa, reavaliar o currículo e as disciplinas oferecidas no curso para o 'novo' mercado profissional de trabalho (nas mais variadas áreas), que se formava devido a mudança na sociedade (NADAI, 1991; FONSECA, 1997). Nesse sentido, vimos que os debates em torno das disciplinas foram longos, quase sempre, resultando em impasses entre os profissionais, devido as suas formas de agir e pensar, ou ainda em função da incorporação da medida legal, ser também insuficiente para corrigir os problemas observados no funcionamento do curso. Vimos ainda que formar 'novos' profissionais foi, evidentemente, o resultado de um processo longo e que não se encerraria no período aqui estudado. O panorama dos diálogos possibilitou visualizar apenas alguns dos possíveis caminhos que as discussões deveriam ter tomado. Outros poderiam ser levantados, como aqueles que provavelmente foram abertos entre as correspondências pessoais dos docentes do curso, mas que aqui neste estudo não foram analisadas<sup>18</sup>.

## Notas

<sup>1</sup> Versão reformulada do terceiro capítulo de dissertação de mestrado em História intitulada: *A institucionalização do ensino universitário de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1934-1956*, defendida em 1 de Abril de 2004, sob orientação do Prof. Dr. Ivan Aparecido Manoel, na Unesp, Campus de Franca. A pesquisa foi financiada pela CAPES. Gostaria aqui de agradecer a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Márcia Regina Capelari Naxara, ao Prof. Dr. José Luís Sanfelice, ao Prof. Dr. Jean Marcel Carvalho França e ao Prof. Dr. Nelson Schapochnik as sugestões e críticas, que dentro do possível foram incorporadas a essa versão. Uma versão deste texto foi apresentada na XXIII – Semana de História da

Unesp/Assis, que ocorreu em setembro de 2005, e gostaria de agradecer aos professores doutores Claudinei Mendes, José L. Beired e Milton Costa a discussão produtiva.

<sup>1</sup> Na qualidade, quase sempre, de funcionários estatais, os historiadores aplicavam-se ao estudo do passado. No século XIX foi comum o desempenho de funções diplomáticas articular-se ao exercício da escrita da história, a exemplo de: Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), (José Maria da Silva Paranhos Jr. mais conhecido como Barão do Rio Branco (1845-1912) e Manoel de Oliveira Lima (1865-1928) (RODRIGUES, 1965; WEHLING, 1999; MALATIAN, 2001). Em outros casos, o aparecimento de 'cultores' do ofício de historiador, irradiava-se a partir da imprensa periódica, para a qual a função de jornalista, mesclava-se a de historiador na escrita da história, como ocorreu com João Francisco Lisboa (1812-1863) e José Francisco da Rocha Pombo (1857-1933) (JANOTI, 1977; COELHO, 1999). Os lugares sociais preferências, naquele momento, limitavam-se, quase sempre, a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (RIHGB), as atividades políticas e culturais próprias do IHGB e seus congêneres estaduais, a pesquisas em Bibliotecas nacionais e estrangeiras, a administração de Museus e a *Academia Brasileira de Letras* (ABL), criada em 1897. A troca de correspondências também esteve articulada aos intercâmbios sociais (SIRINELLI, 1996, p.231-70) dos intelectuais do período, como forma de divulgação de idéias, apresentação de projetos e desenvolvimento de procedimentos de pesquisa. A obra de João Capistrano de Abreu (1853-1927) compõe um exemplo elucidativo sobre o formato daquelas correspondências pessoais, ao informar o desenvolvimento de sua obra, quais seus interlocutores, quais seus leitores e quais seus objetivos pessoais (GOMES, 1996). Seus diálogos se estendiam não apenas entre os intelectuais brasileiros, dos quais Afonso D'Escragolle Taunay foi um de seus interlocutores quando iniciava os primeiros estudos sobre as sociedades passadas, mas também repercutia entre intelectuais europeus e americanos (ARAUJO, 2003, 2006).

<sup>1</sup> Embora houvesse, no início do século XX, movimentos intelectuais propondo renovações no campo da pesquisa histórica em vários países, tanto dentro como fora das universidades, costuma-se verificar (no Brasil e em outros países), preferencialmente, aquelas proporcionadas pela historiografia francesa. Para tanto, ressalta-se que a *Nouvelle Histoire*, isto é, a História sob a influência das Ciências Sociais foi uma criação francesa, fundamentalmente desenvolvida, a partir da fundação da revista *Annales*, em 1929, por Marc Bloch (1886-1944) e Lucien Febvre (1878-1956), mediante uma inovação quanto ao conceito de tempo histórico (REIS, 2000).

<sup>1</sup> "A Universidade no Brasil se instala tarde: a Universidade de São Paulo (USP) em 1934, a Universidade do Distrito Federal (UDF) em 1935 e a Universidade do Brasil em 1939. Em seus primeiros anos, a produção universitária teve como objetivo e metas construir os campos específicos das disciplinas e, nesta tarefa, separar-se, distinguir-se da produção literária/ensaísta anterior, que passou a ser considerada pré-científica. Assim, autores e temas característicos da época imediatamente anterior foram relegados à posição secundária, tendo demorado muitos anos para que fossem conhecidos, lidos e analisados no espaço dos cursos e pesquisas universitárias". (OLIVEIRA, 2000, p.20).

<sup>1</sup> Foram inaugurados três cursos nos anos de 1930: dois no Rio de Janeiro e um em São Paulo. O primeiro foi o da Universidade de São Paulo, criado em 1934. O segundo foi o da Universidade do Distrito Federal, criado em 1935, e o terceiro o da Universidade do Brasil, criado em 1939. Sobre esse ponto a experiência de fundação de cursos de Geografia e História no setor privado foi esparsa.

<sup>1</sup> As renovações da estrutura curricular, entre as décadas de 1930 e 1950, no curso de Geografia e História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, ocorreram no período de vigência do regime de cátedras, no qual os profissionais do curso, muitas vezes, notavam a fragilidade da grade curricular antes das discussões chegarem ao nível dos debates políticos e, portanto, serem efetuadas as mudanças

*Agora, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 1, p. 65-104, jan./jun. 2007*

institucionais necessárias. Meses e mesmo anos transcorriam da aprovação da lei federal à implantação de decreto em nível estadual, até a instalação da medida nas instituições. Cada instituição adequava-se às medidas de acordo com as suas condições e necessidades internas, caracterizando-se também como um processo lento e, nem sempre, completo.

<sup>1</sup> Na década de 1930 foram impressos três volumes: USP, FFCL. *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1934-1935*. USP, São Paulo: Empresa Grafica da "Revista dos Tribunaes", 1937; USP, FFCL. *Anuário da FFCL., 1936*. USP, São Paulo: Empresa Grafica da "Revista dos Tribunaes", 1937; USP, FFCL. *Anuário da FFCL., 1937-1938*. USP, São Paulo: Empresa Grafica da "Revista dos Tribunaes", 1939. Na década de 1950 foram publicados outros cinco volumes: USP, FFCL. *Anuário da FFCL., 1939-1949*. USP, São Paulo: Seção Gráfica; Industria Gráfica José Magalhães Ltda., 1953, 2v.; USP, FFCL. *Anuário da FFCL., 1950*. USP, São Paulo: Seção Gráfica; Industria Gráfica José Magalhães Ltda., 1952; USP, FFCL. *Anuário da FFCL., 1951*. USP, São Paulo: Seção Gráfica; Industria Gráfica José Magalhães Ltda., 1953; USP, FFCL. *Anuário da FFCL., 1952*. USP, São Paulo: Seção Gráfica; Industria Gráfica José Magalhães Ltda., 1954.

<sup>1</sup> Nascido a 13 de março de 1895, em São Paulo, Capital, aonde também veio a falecer a 2 de junho de 1961. Bacharel em Letras pelo antigo Ginásio de Ciências e Letras. Graduou-se em engenharia pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Esteve encarregado de um curso de Tupi no Centro do Professorado Paulista, antes de ingressar na Faculdade de Filosofia em 1934. Foi homenageado diversas vezes e foi sócio de várias academias. Autor de muitos trabalhos antes e depois de assumir a cadeira de Etnologia Brasileira e Tupi Guarani, se destacando no período anterior: *Palavras de origem tupí na linguagem popular do Brasil*, de 1934. "Curriculum Vitae" do Prof. Plínio Ayrosa. In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1934-1935, 1937*, p. 322.

<sup>1</sup> AYROSA, Plínio. Cadeira de Etnologia Brasileira e Tupi-guarani. Orientação geral dos cursos. In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1934-1935, 1937*, pp. 132, 137, 144 e 146.

<sup>1</sup> Cf. Relatórios dos programas das cadeiras de História da Civilização, História da Civilização Americana, História da Civilização Brasileira, Geografia e Etnologia brasileira e noções de tupi-guarani do curso de Geografia e História. In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1934-1935, 1937; Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1936, 1937*.

<sup>1</sup> Cf. Relatórios dos programas das cadeiras de História da Civilização e da cadeira de Geografia. In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1934-1935, 1937; Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1936, 1937*.

<sup>1</sup> Há, entretanto, que ser feita uma pequena ressalva. Já em 1937, o curso de 'Geografia' era ministrado em duas frentes: Geografia Humana e Geografia Física. A primeira a cargo de Pierre Monbeig e a segunda a cargo de Emmanuel De Martonne, professor francês convidado para aquele ano. No ano seguinte, sob a recomendação deste professor, a cadeira continuava a ser ministrada com esse princípio, ficando a parte de Geografia Física a cargo do professor João Dias da Silveira, que havia sido, em 1937, assistente da cadeira de Geografia Física e Humana. A cadeira de *Geografia Humana* estava sob a responsabilidade do professor Pierre Monbeig. Nela aplicava-se curso comum as três séries do curso de Geografia e História e aos dois primeiros anos do curso de Ciências Sociais. A disciplina procurava, fundamentalmente, oferecer ao aluno a possibilidade de interpretação das mudanças sociais que ocorreram e ocorriam no mundo e na sociedade em que viviam. No curso de Geografia e História a disciplina também oferecia seminários aos alunos do segundo ano sobre a 'África' e aos do terceiro ano sobre 'A Europa Ocidental'. A cadeira de 'Geografia Física', regida a partir de 1938, interinamente, pelo professor João Dias da Silveira, era comum aos três anos do curso e visava, principalmente, demonstrar aos alunos



como se formava geologicamente os territórios e como os aspectos climáticos e as ações dos homens poderiam alterá-lo com o passar do tempo. Nela os alunos faziam excursões e trabalhos práticos, onde aprendiam a ler cartas topográficas e a fazer traçados topográficos e geográficos. No início da década de 1940 foi aberta a cadeira de Geografia do Brasil, dispendo-a numa disciplina que era dada aos alunos do terceiro ano do curso, depois de estudarem a Geografia Física e Geografia Humana nos dois primeiros anos. Na cadeira de *História da Civilização*, a partir de 1938, houve uma divisão 'informal', ficando parte do programa sob a responsabilidade do professor Jean Gajé, e a outra com, seu assistente, Eurípides Simões de Paula (licenciado pelo curso em 1936). A disciplina foi comum aos três anos do curso. No primeiro ano tinha-se: 'História Romana', 'História Helenística' (em curso comum com os alunos do segundo e terceiro ano), 'História Asiática' (em curso comum com os alunos do segundo e terceiro ano), 'História Contemporânea' (também entre alunos do segundo e terceiro ano), ficando-as sobre a responsabilidade de Jean Gajé; e 'História Oriental', 'História Grega', 'História Ibérica', sob a responsabilidade de Eurípides Simões de Paula (orientado por Gajé, em seu doutorado, defendido em 1942). No segundo ano acrescentava o curso de 'História Medieval' oferecido por Eurípides (que aplicava as outras disciplinas apenas no primeiro ano). No terceiro ano era aplicado, por Jean Gajé, seminários de 'Questões Pedagógicas', onde os alunos expunham trabalhos práticos como: leitura e interpretação de textos, referentes às matérias vistas nos anos anteriores. Com o desdobramento da cadeira em 1939, Eurípides ficava com a parte de História Antiga e Medieval (com exceção de História Romana e História Bizantina) e Jean Gajé com a referente ao período Moderno e Contemporâneo. Mas, nem por isso, as mudanças da cadeira afetariam as propostas dos professores Emile Coornaert e Fernand Braudel – que a regeram entre 1934 e 1937 (ROIZ, 2004).

<sup>1</sup> SCHAW, P. V. Idéias e sugestões. In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1936, 1937*, p. 44.

<sup>1</sup> Cf. *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1939-1949, 1953, 2v.*, pp. 11-29.

<sup>1</sup> Cursos Noturnos. In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1951, 1952*, p. 67.

<sup>1</sup> Cf. *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1950, 1952*, pp. 86-89.

<sup>1</sup> Portanto, se desde a criação do curso de Geografia e História, em 1934, os aspectos institucionais, apenas foram adaptados a novas disposições legais, no que dizia respeito a 'função elementar' do curso (disposta, de um lado, na formação de professores para o ensino secundário, e de outro, na formação de professores pesquisadores para o ensino superior), os dilemas também não foram resolvidos rapidamente. Primeiro, porque não estavam delimitadas as fronteiras do que deveria ser o historiador ou o geógrafo, e ainda, quais os caminhos que deveriam ser formulados para a formação desses profissionais. Segundo, se do ponto de vista teórico, quer dizer, o de situar como deveria ser a formação deste profissional, se apresentava bastante tênue, do ponto de vista social (qual deveria ser efetivamente a função daquele profissional dentro da sociedade), os caminhos pareciam ainda mais complexos, porque ao lado de um 'ofício de historiador (e de geógrafo)' coexistia o 'autodidata' que acreditava já desempenhar todas as funções necessárias para a preservação da 'memória coletiva' e possuir os instrumentos para o estudo das sociedades passadas. Em terceiro lugar, diferente do Engenheiro, do Médico e do Advogado que desempenhavam uma função prática, por meio de ações técnicas, facilmente observadas pela sociedade, o Historiador, o Geógrafo e o Etnógrafo iriam desempenhar uma função social muito mais difícil de ser avaliada e observada no primeiro instante, porque os frutos de seu 'labor' dirigiam-se sobre um acréscimo do conhecimento, que estava pautado em um patamar muito abstrato. De fato, sua função social poderia ser muito importante para a sociedade, mas de forma prática, e mais importante, que fosse vista quase que imediatamente, ela nada poderia fazer de realmente concreto. O problema ainda era mais

grave: diante de uma população, fundamentalmente, rural, onde a maioria dos homens e (principalmente) das mulheres não sabia ler nem escrever, quais perspectivas veriam em ofícios, aparentemente, tão pouco práticos? Mais ainda, se o que produzem circunscreve o 'mundo das letras' e do discurso 'científico', como aquela população iria avaliar ou perceber o seu valor para a sociedade? Mesmo na década de 1950, quando várias mudanças ocorriam no país, dentre as quais: rápido processo de urbanização (deslocando contingentes populacionais da zona rural do Norte e Nordeste para as grandes cidades do Sudeste), de industrialização e diversificação do mercado (que resultou numa abertura de campos de atuação para 'antigas' e 'novas' profissões), de aumento significativo do sistema de ensino oficial, nos níveis 'primário' e 'secundário'; quase nada havia mudado às atitudes da sociedade, diante daqueles profissionais, que desempenhavam sua função social mais prática, como professores secundários. Por outro lado, ainda que os licenciados se saíssem melhor que os não-licenciados nos concursos públicos do Estado de São Paulo (para ficarmos num exemplo) nas décadas de 1940 e 1950, as vagas para aqueles profissionais, quando solicitadas diretamente nas escolas, apresentavam-se muito escassas (NADAI, 1993; BITTENCOURT, 1993; MANOEL, 2002). Ainda assim havia mais oportunidades no mercado de trabalho para aqueles que se formavam em Geografia e História, Letras e Matemática, do que para os bacharéis em Filosofia, em Física, ou em Ciências Sociais. Já no final da década de 1940, Emília Viotti da Costa, diz que a sua vocação "era ser física. O sonho de cursar Física foi interrompido quando me casei, pois o curso exigia dedicação integral. Hesitei, então, entre Ciências Sociais e Geografia e História, e acabei decidindo por este último porque as oportunidades de trabalho eram maiores, na época" (MORAES & REGO, 2002, p.69).

<sup>1</sup> Observou-se nesse estudo que os historiadores do curso de Geografia e História tiveram dificuldades de relacionar-se entre os 'pares' e o 'grande público', principalmente porque, ao contrário do que ocorreu nas outras áreas que restringiram o que representava a formação intelectual de seus profissionais, estes conviveram com o 'autodidatismo' que almejava se igualar aos profissionais da área, sob o discurso de que tinham o mesmo objeto em comum: "o estudo das sociedades passadas". No caso do curso de Geografia e História as formas de conceber o que seria o historiador, o que seria obra histórica e qual o espaço da pesquisa, conviveram entre duas 'tradições intelectuais': uma francesa (e ligada ao movimento dos *Annales* e a cadeira de *História das civilizações*) e outra nacional (e ligada, muito genericamente, ao que se convencionou chamar de 'escola metódica' e ao autodidatismo nacional na cadeira de *História da civilização brasileira*), acabando por impedir o desenvolvimento de procedimentos comuns e integrados de ensino e pesquisa na área (ROIZ & SANTOS, 2003; ARAUJO, 2006).

## Referências

ARANTES, Paulo E. *Um departamento francês de ultramar – estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana (uma experiência nos anos 60)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Da história detalhe à história problema: o erudito e o intelectual na elaboração e no ensino do saber histórico. *Lócus. Revista de história*, UFJF, v. 10, n. 2, 2004, pp. 53-72.

*Agora, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 1, p. 65-104, jan./jun. 2007*

ARAUJO, Karina A. *Um metódico à brasileira: a história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)*. Franca, 2006. Tese de doutorado em História, FHDSS, UNESP.

\_\_\_\_\_. *Intercâmbios intelectuais e a construção de uma história. Afonso d'Escragnoille Taunay (1911-1929)*. Franca, 2003. Dissertação de mestrado em História, FHDSS, UNESP.

AZEVEDO, F. (org.) *As ciências no Brasil*. São Paulo: Edições Melhoramentos, s/d., 2v.

AZEVEDO, Aroldo de & SILVEIRA, João Dias da. O ensino de Geografia na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. *Boletim Paulista de Geografia*, FFCL\USP, nº 3, out. 1949, pp. 72-87.

BASTOS, Elide Rugai; RIDENTI, Marcelo & ROLLAND, Denis (org.) *Intelectuais: sociedade e política, Brasil-França*. São Paulo: Cortez, 2003.

BITTENCOURT, C. M. F. Os confrontos de uma disciplina escolar. *Revista Brasileira de História*, set.1992/ago.1993, pp. 193-222.

BURKE, Peter. (org.) *A escrita da história*. Tradução de Magda Lopes. SP: Edunesp, 1992.

CAPELATO, M. H. R.; GLEZER, R. & FERLINI, V. L. A. Escola uspiana de história. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, 8(22): 349-358, 1994.

CARBONELL, Ch-O. *Histoire et historiens: une mutation idéologique des historiens français, 1865-1885*. Toulouse: Privat, 1976.

CARDOSO, Irene. *A universidade da comunhão paulista*. São Paulo: Cortez, 1982.

CASTRO, Amélia Domingues de. A Licenciatura no Brasil. *Revista de História*, São Paulo, nº 100, 1974, pp. 627-52.

COELHO, Edmundo C. *As profissões imperiais. Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

D'ALÉSSIO, Márcia M. Os *Annales* no Brasil. Algumas reflexões. *Revista Anos 90*, Porto Alegre, 2: 127-142, 1994.

DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica brasileira. Do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo: Ediupf, 1998, 4v.

*Agora, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 1, p. 65-104, jan./jun. 2007*

\_\_\_\_\_. *A cultura historiográfica brasileira. Década de 1930 aos anos 1970*. Passo Fundo: Ediupf, 1999, 4v.

DOSSE, François. *A história à prova do tempo*. São Paulo: Edunesp, 2001.

ELLIS, Mirian. *Alfredo Ellis Júnior, 1896-1974*. São Paulo: Editora Bentivegna, 1997.

FALCON, Francisco Calazans. A identidade do historiador. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 9(17): 7-30, 1996.

FERREIRA, Antônio Celso. *A epopéia bandeirante. Letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Edunesp, 2002.

FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. *Mundo rural e Geografia. Geografia Agrária no Brasil: 1930-1990*. São Paulo: Edunesp, 2002.

FERREIRA, Marieta M. A Trajetória de Henri Hauser e as tensões da profissionalização. Trabalho apresentado no XXI simpósio nacional da Anpuh. Niterói: UFF, julho/2001.

FONSECA, Selva G. *Ser professor no Brasil: história oral de vida*. Campinas: Papirus, 1997.

FRANÇA, Eduardo D'Oliveira. Contribuição do departamento de História à historiografia brasileira. *Boletim informativo*. Série de publicações da USP, ano II, n. 7, 1971.

\_\_\_\_\_. Conversa em torno de nosso ofício. *Anais de História*, São Paulo, 6: 11-47, 1974.

FREITAS, Marcos Cezar de (org.) *Memória intelectual da educação brasileira*. Bragança Paulista: Edusf, 1999.

FURET, François. O nascimento da História. In: Idem. *A oficina da História*. Tradução de Adriano Duarte Rodrigues. Portugal: Gradiva, 1985, pp. 109-136.

GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. *Agora. Revista de História e Geografia*. UNISC, v. 11, n. 1, 2005, pp. 31-48.

*Agora, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 1, p. 65-104, jan./jun. 2007*

\_\_\_\_\_. Usos da História: refletindo sobre identidade e sentido. *História em revista*. UFPEL, Pelotas, v. 6, 2000, pp. 21-36.

\_\_\_\_\_. Escrever a história, domesticar o passado. In: LOPES, A. H.; VELLOSO, M. P. & PESAVENTO, S. J. *História e linguagens. Texto, imagem, oralidade e representações*. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras; Edições Casa de Rui Barbosa, 2006, pp. 45-58.

\_\_\_\_\_. Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX. *Topoi. Revista de História*, UFRJ, n. 5, 2002, pp. 184-200.

\_\_\_\_\_. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Revista Estudos Históricos*, RJ/FGV, v. 1, n. 1, 1988, pp. 4-28.

HARTOG, François. *O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003.

HAIDAR, M. L. M. *O ensino secundário no Império brasileiro*. SP: Ed. Grijalbo; Edusp, 1972.

HAMBURGER, A. I.; DANTES, M. A. M.; PATY, M. & PETITJEAN, P. (org.) *A ciência nas relações Brasil-França (1850-1950)*. São Paulo: Edusp; FAPESP, 1996.

IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil. Capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

JANOTTI, Maria L. M. *João Francisco Lisboa: jornalista e historiador*. São Paulo: Ática, 1977.

LANGLOIS, C. H. V. & SEIGNOBOS, C. H. *Introdução aos estudos históricos*. São Paulo: Renascença, 1948.

LAPA, José Roberto do Amaral. *Historiografia brasileira contemporânea. A história em questão – 2ª edição – Petrópolis/São Paulo: Vozes, 1981.*

LIMONGI, Fernando. Mentores e clientela da Universidade de São Paulo. In: MICELI, Sérgio (org.) *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais: IDESP, 1989, 2v., pp. 111-187.

MALATIAN, Teresa Maria. *Oliveira Lima e a construção da nacionalidade*. Bauru – São Paulo: Edusc; FAPESP, 2001.

MANOEL, Ivan Aparecido. O ensino da História no Brasil: origens, evolução e problemas. In: RIBEIRO JÚNIOR, José (et. al.) *História no vestibular da UNESP, 1990-2000*. São Paulo: Fundação Vunesp, 2002, pp. 41-71.

MASSI, Fernanda P. *Estrangeiros no Brasil: a missão francesa na Universidade de São Paulo*. Campinas, 1991. Dissertação de mestrado em História, IFCH/UNICAMP, Campinas.

MATE, Cecília Hanna. *Tempos modernos na escola. Os anos 30 e a racionalização da educação brasileira*. Bauru: Edusc; Brasília: INEP, 2002.

MESGRAVIS, Laima. O curso de pós-graduação do departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 3(5): 87-118, março/1983.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MICELI, Sérgio (org.) *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais: IDESP, 1989, 2v.

\_\_\_\_\_. (org.) *História das Ciências Sociais no Brasil*. SP: Sumaré; FAPESP, 1995, 2v.

MORAES, Antônio Carlos Robert de. Notas sobre a identidade nacional e institucionalização da Geografia no Brasil. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 4(8): 166-176, 1991.

MORAES, J. G. V. & REGO, J. M. *Conversas com historiadores brasileiros*. SP: Ed. 34, 2002.

NADAI, Elza. *A educação como apostolado: história e reminiscências (São Paulo, 1930-1970)*. São Paulo, 1991. Tese de livre docência em Educação, FE/USP, São Paulo.

\_\_\_\_\_. *Ideologia do progresso e ensino superior: São Paulo, 1891-1934*. São Paulo: Edições Loyola, 1987.

\_\_\_\_\_. O ensino de história no Brasil. *Revista Brasileira de História*, set.1992/ago.1993, pp. 143-162.

NADER, P. E. P. Histórias adversas. A confrontação entre a história dos *Annales* e a chamada história positivista. *Revista USP*, São Paulo, 23: 63-7, 1994.

OLIVEIRA, L. L. *Americanos. Representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

PEREIRA, S. L. N. *Geografia: caminhos e lugares da produção do saber geográfico no Brasil*. São Paulo, 1997. Dissertação de mestrado, FFLCH/USP, São Paulo.

PETITJEAN, P. As missões universitárias francesas na criação da Universidade de São Paulo (1934-1940). In: HAMBURGER, A. I.; DANTES, M. A. M.; PATY, M. & PETITJEAN, P. (org.) *A ciência nas relações Brasil-França (1850-1950)*. SP: Edusp; FAPESP, 1996, p. 259-330.

REIS, José Carlos. *Wilhelm Dilthey e a autonomia das ciências histórico-sociais*. Londrina: Eduel, 2003.

\_\_\_\_\_. *Nouvelle Histoire e tempo histórico. A contribuição de Febvre, Bloch e Braudel*. São Paulo: Ática, 1994.

\_\_\_\_\_. *A História: entre a filosofia e a ciência – 2ª edição – São Paulo: Ática, 1999.*

\_\_\_\_\_. *Escola dos Annales. A inovação em História*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

REVEL, Jacques. História e Ciências Sociais: os paradigmas dos *Annales*. In: Idem. *A invenção da sociedade*. Tradução de Vanda Anastácio. Rio de Janeiro: Difel, s/d., pp. 13-41.

RODRIGUES, José Honório. *História e historiadores do Brasil*. São Paulo: Editora Fulgor, 1965.

\_\_\_\_\_. *A pesquisa histórica no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. *A institucionalização da formação em História: o curso de Geografia e História da UPA/URGS (1943-1950)*. Porto Alegre, 2002. Dissertação de mestrado em História, UFRGS.

\_\_\_\_\_. O papel da universidade no "campo da história": o curso de Geografia e História da UPA/URGS na década de 40. *Métis: história e cultura*. UCS, v. 1, n. 2, 2003, pp. 75-101.

ROIZ, Diogo da Silva. *A institucionalização do ensino universitário de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1934-1956*. Franca, 2004. Dissertação (mestrado em História), UNESP/Franca.

\_\_\_\_\_. Estrutura e funcionamento do regime de cátedras no curso de Geografia e História na FFCL/USP entre 1934 e 1956. *Revista Estudos de História*. Franca/SP, v.11, n.2, pp. 159-189, 2004b.

\_\_\_\_\_. & SANTOS, Jonas Rafael dos. Historiadores Brasileiros e Franceses: uma hipótese para a recepção da escola dos Annales no Brasil. *Revista História & Perspectivas*, n. 27/28, pp. 105-134, 2003.

SCHAPOCHNIK, Nelson. *Letras de fundação: Varnhagen e Alencar – projetos de narrativa instituinte*. São Paulo, 1992. Dissertação de mestrado em História, FFLCH/USP, São Paulo.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMOND, René (org.) *Por uma história política*. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV; Ed. UERJ, 1996, pp. 231-270.

WEHLING, Arno. *A invenção da história. Estudos sobre o historicismo*. Rio de Janeiro: Editora Central da Universidade Gama Filho; Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1994.

\_\_\_\_\_. *Estado, História, Memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

TRIGO, M. H. B. *Espaços e tempos vividos: estudo sobre os códigos de sociabilidade e relações de gênero na Faculdade de Filosofia da USP (1934-1970)*, São Paulo, 1997. Tese (doutorado em Sociologia), Universidade de São Paulo, São Paulo.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a História*. Brasília: Ed. UNB, 1998.